

ÍNDICE

| | |
|--|----|
| Prefácio | 1 |
| Capítulo I. Introdução | 3 |
| Capítulo II. Teorias da Relação de Causalidade | 7 |
| 1. O Nexo Psicológico | 12 |
| 2. O Nexo Material | 13 |
| 3. As teorias causais | 16 |
| 3.1. Teoria da Equivalência das Condições | 17 |
| 3.1.1. Observações críticas | 21 |
| 3.2. Teoria da Causalidade Adequada | 29 |
| 3.2.1. Observações críticas | 34 |
| 3.3. Teoria da Relevância | 36 |
| 3.3.1. Observações críticas | 39 |
| 4. Críticas às teorias causais | 40 |
| 4.1. O domínio do dogma causal | 41 |
| 4.1.1. Breve síntese das origens da ques- tão causal | 41 |
| 4.1.2. Os problemas e implicações do dogma causal | 42 |
| 4.1.3. A decadência do dogma causal | 44 |
| 4.2. Conclusões | 46 |
| Capítulo III. A Causalidade no Direito Penal Brasi- leiro | 49 |
| 1. As origens da legislação penal brasileira | 49 |
| 1.1. As Ordenações do Reino | 49 |
| 1.2. O Código Criminal do Império de 1830 ... | 51 |
| 1.3. O Código Penal de 1890 | 52 |
| 2. O Código Penal de 1940 | 54 |

| | |
|--|-----------|
| 2.1. Observações críticas | 55 |
| 2.1.1. Da falta de sistematicidade do Código de 1940 | 56 |
| 2.1.2. Da adoção da Teoria da Equivalência das Condições | 57 |
| 3. A nova parte geral de 1984 | 59 |
| 4. A Causalidade e o Tecnicismo Jurídico no Direito Penal Brasileiro | 63 |
| 4.1. Da adoção do Tecnicismo Jurídico | 63 |
| 4.2. Da necessidade de superação do Tecnicismo Jurídico | 65 |
| Capítulo IV. A Teoria da Imputação Objetiva | 69 |
| 1. Origem e Generalidades | 69 |
| 1.1. A proposta finalista | 69 |
| 1.2. A proposta funcionalista | 71 |
| 1.3. A Imputação Objetiva de K. Larenz | 72 |
| 1.4. A Imputação Objetiva de R. M. Honig | 73 |
| 2. A moderna Teoria da Imputação Objetiva | 75 |
| 2.1. A Imputação Objetiva na obra de C. Roxin | 76 |
| 2.1.1. Da relação entre direito penal e política criminal | 76 |
| 2.1.2. O conceito de risco | 78 |
| 2.1.3. Criação de riscos proibidos e permitidos | 79 |
| 2.1.3.1. Aumento de risco permitido | 81 |
| 2.1.3.2. Diminuição de riscos | 82 |
| 2.1.3.3. Relevância jurídica do risco | 83 |
| 2.1.3.4. Considerações a respeito dos cursos causais hipotéticos | 85 |
| 2.1.4. Realização de riscos | 85 |
| 2.1.4.1. Dos desvios causais insignificantes | 87 |
| 2.1.5. Âmbito de proteção da norma | 88 |
| 2.1.6. Âmbito de proteção do tipo | 89 |
| 2.1.7. Considerações finais | 90 |
| 2.2. A Imputação Objetiva na obra de G. Jakobs | 91 |

| | |
|--|-----|
| 2.2.1. Posição de Garante e Defraudação de Expectativas | 91 |
| 2.2.2. Risco Permitido | 95 |
| 2.2.2.1. Da realização do risco | 96 |
| 2.2.3. Princípio da Confiança | 97 |
| 2.2.3.1. Da exclusão do princípio de confiança | 98 |
| 2.2.4. Proibição de Regresso | 100 |
| 2.2.4.1. Casos em que a proibição de regresso é admissível .. | 101 |
| 2.2.4.2. Casos nos quais não se admite a proibição de regresso | 103 |
| 2.2.5. Autocolocação em Risco (ou ações a próprio risco) | 104 |
| 3. A atual situação da Teoria da Imputação Objetiva | 107 |

| | |
|--|-----|
| Capítulo V. Imputação Objetiva e o Direito Penal Brasileiro | 109 |
| 1. Aplicação da Teoria da Imputação Objetiva no direito penal de 1984 | 109 |
| 1.1. Da desnecessidade de alteração legislativa | 109 |
| 1.2. Das consequências da Teoria da Imputação Objetiva no direito pátrio | 112 |
| Conclusões | 117 |
| Bibliografia | 119 |